

Linguagem, Significado e Verdade: Incertezas e Pilares na Pesquisa em Estudos da Linguagem

Language, Meaning and Truth: Uncertainties and Pillars for the Research in Language Studies

Talita de Oliveira

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
E-mail: talitaoli@hotmail.com

Endereço: Talita de Oliveira

Endereço: CEFET/RJ – Av. Maracanã, 229, Maracanã.
CEP: 20271-110, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

**Artigo recebido em 30/02/2016. Última versão
recebida em 17/03/2016. Aprovado em 18/03/2016.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente trabalho visa traçar linhas gerais acerca do objeto da Semântica, destacando-se os três grandes paradigmas sobre a linguagem e as noções de significado e de verdade a eles subjacentes. As perspectivas realistas, mentalista e pragmáticas serão, aqui, apresentadas em sua ascendência histórico-filosófica e em suas abordagens mais contemporâneas. Do mesmo modo, situarei a perspectiva pragmática como aquela que melhor se alinha aos estudos narrativos de cunho interpretativista e sócio-interacional que venho desenvolvendo. As narrativas são aqui entendidas como centrais na constituição dos sujeitos e do mundo que os cercam e, com base no interpretativismo de Geertz, os próprios textos científicos são considerados narrativas sujeitas a reelaborações, em que não se desvelam verdades nem se buscam leis universalizantes.

Palavras-chave: Paradigmas Sobre A Linguagem. Vertente Pragmática. Narrativas. Interpretativismo

ABSTRACT

The present paper aims at outlining the object of Semantics, pointing out the three great paradigms about language and their underlying notions of meaning and truth. The realist, mentalist and pragmatic perspectives will be presented here in their historical-philosophical ascendancy and in more contemporary approaches. In the same way, the pragmatic perspective will be situated as the one which better suits the interpretative and sociointeractional narrative studies that I've been developing. Narratives are taken as central to the constitution of subjects and the world surrounding them. Based on Geertz's interpretativism, scientific texts themselves are considered narratives subject to reelaboration, in which truths are not unfolded and universal laws are not sought.

Keywords: Paradigms About Language. The Pragmatic Branch. Narratives. Interpretativism

1 INTRODUÇÃO

A Semântica é uma área de conhecimento, residente na fronteira entre os estudos linguísticos e os filosóficos, de intensa disputa teórica e de objeto instável e disperso. Não é de hoje que a preocupação com o significado das palavras e dos enunciados se faz presente. Mesmo quando ainda não havia um estudo sistematizado (logo ‘científico’) acerca do objeto da linguagem, a temática do significado já comparecia em textos fundadores do pensamento ocidental, em especial nos escritos de filósofos da Grécia Antiga. Reflexões sobre o significado e da linguagem emanavam dos escritos de sofistas e socráticos (entre estes, Platão e Aristóteles), ainda que viessem a reboque de outras preocupações, como a natureza do ser e do conhecimento.

O significado, entretanto, sempre foi um território de incertezas e instabilidades nos estudos sobre a linguagem. Com Saussure (1969), inaugura-se a Linguística que, como ciência da linguagem, buscava um objeto circunscrito de estudo, cuja análise dar-se-ia por meio de um método objetivo, típico de uma área do conhecimento que se pretende ser ‘ciência’. O discurso inaugural de Saussure, apesar de sua “revolucionária concepção não-substancialista” (MARTINS, 2005, p. 470) da linguagem, privilegiou fenômenos relacionados à forma linguística, dada a própria natureza deslizante e problemática do significado. Historicamente, os estudos linguísticos operacionalizaram dicotomias, a fim de tentar superar essa resistência do significado: o sentido da palavra habitaria dentro ou fora da letra? O significado seria universal ou definido culturalmente? Quais os limites entre o literal e o figurativo? Seria o significado transparente ou opaco? Até hoje, o significado é motivo de controvérsia e disputas teóricas, o que nos leva a voltar nossas atenções para o próprio papel de destaque que a linguagem tem ocupado contemporaneamente.

O presente trabalho visa traçar linhas gerais acerca do objeto da Semântica, destacando-se os três grandes paradigmas sobre a linguagem e as noções de significado e de verdade a eles subjacentes. As perspectivas realistas, mentalista e pragmática serão, aqui, apresentadas em sua ascendência histórico-filosófica e em suas abordagens mais contemporâneas. Ao percorrer essas três vertentes, procurarei focalizar duas reincidentes polêmicas em torno do significado: as dicotomias universais *vs.* cultural e imanentismo *vs.* conhecimento de mundo. A seguir, procurarei situar a perspectiva que melhor se alinha aos estudos, de cunho interpretativista (cf. GEERTZ, 1989), que venho desenvolvendo desde o Doutorado em Estudos da Linguagem na PUC-Rio – concluído em 2012 sob a orientação da Professora Doutora Liliana Cabral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Três influentes paradigmas

O surgimento da Semântica como área de conhecimento autônoma ocorre no final do século XIX. Entretanto, reflexões acerca da natureza da linguagem e do significado datam do século V a.C, quando, na Grécia Antiga, filósofos debruçados sobre indagações relativas ao ser e à verdade já demonstravam interesse pela linguagem. A Filosofia nasce a partir de uma necessidade de afastamento do discurso mítico (tido como fictício, sobrenatural, mentiroso) e de uma reivindicação de “um território legítimo para a busca da *verdade*” (MARTINS, 2005, p. 447). Os textos desses filósofos, apesar de não tratarem a linguagem como eixo central de discussão, constituem um corpus embrionário para a compreensão do fenômeno linguístico em sua complexidade.

Na busca pela demarcação desse espaço referente ao *logos* (à verdade), haverá uma polarização entre duas correntes de pensadores: de um lado, os socráticos; de outro, os sofistas. Nesse embate, mais que uma simples divergência de ideias, reside uma tensão ontológica fundamental. Pelo lado dos socráticos, defende-se que as coisas possuem uma essência fixa e perene; já os sofistas sustentam que “o homem é a medida de todas as coisas” (como diria Protágoras, um dos mais célebres sofistas). Essa cisão implicará diferentes concepções acerca da natureza da verdade e do papel da linguagem. Enquanto os socráticos compreenderão a linguagem e o significado sob uma perspectiva essencialista e representacionista, os sofistas adotarão uma abordagem relativista e pragmática, voltada para os efeitos do discurso na práxis.

Do embate teórico entre socráticos (especialmente na voz de Platão e Aristóteles) e sofistas, nascem as três grandes vertentes para a compreensão contemporânea do fenômeno linguístico, a saber:

- a) A perspectiva realista, para a qual a linguagem significa quando reconhece/descreve parcelas do real;
- b) A perspectiva mentalista, para a qual a linguagem significa quando representa conceitos e/ou imagens mentais;
- c) A perspectiva pragmática, para a qual a linguagem significa no uso, nas práticas e em sua dimensão constitutiva.

Antes, porém, de passarmos a uma caracterização mais aprofundada dessas três vertentes, é importante tomar os devidos cuidados, de forma a evitar taxonomias fechadas e

rótulos reducionistas, sob pena de, ingenuamente, simplificarmos as ideias dos teóricos que, a seguir, serão apresentados. Ao invés de encerrar o pensamento de um autor sob uma denominação exclusivista, é prudente falarmos em relevância e notoriedade que certas concepções e visões de mundo adquirem. Hibridismos conceituais são possíveis e só chamam ainda mais atenção para a complexidade de teorias acerca da linguagem e do significado. Assim, passo à descrição dos três paradigmas para a compreensão da linguagem, alinhando-me com Martins (2005, p. 442), quando afirma que “a diferença entre os ângulos parece, se dar não pela exclusão de quaisquer dimensões, mas antes pela tendência alternada de eleger-se uma delas como condição mais nuclear para o sentido”.

2.2 A vertente realista

Pode-se dizer que o embrião de uma perspectiva realista sobre a linguagem encontra-se nos escritos de Platão. Insurgindo contra a democracia grega e o privilégio que esta concedia aos consensos (em detrimento da ‘verdade’), Platão investe, com vigor, na formulação de uma teoria que delimite, com clareza, o território da verdade e o da falsidade. O ponto de partida de Platão é a chamada ‘Teoria das ideias’. Segundo tal formulação teórica, há um mundo sensível e experiencial (considerado por Platão ‘aparente’) em oposição ao mundo das essências ou ideias, onde habitam as coisas ‘originais’ (portanto ‘reais’, ‘verdadeiras’). Essas formas ‘originais’ de existência seriam dotadas de uma essência, uma unidade autônoma e universal. Trata-se, portanto, de “um real de coisas invisíveis, perfeitas e eternas” (MARTINS, 2005, p. 454).

Nesse sentido, caberia à linguagem o papel de representar a parcela dessa realidade exterior ao homem e descrevê-la de forma objetiva. Opondo-se ao relativismo instaurado pela retórica dos sofistas (como veremos mais adiante), Platão funda uma teoria objetivista e representacionista acerca da função da linguagem, cujo atributo primordial, para o autor, seria alcançar esse real de essências verdadeiras (daí falarmos em representação). De acordo com a abordagem platônica, a linguagem teria sido ‘inventada’ com uma determinada finalidade, como ilustrado no diálogo *Crátilo*. No texto em questão, Sócrates indaga Hermógenes, seu interlocutor, acerca da função dos nomes e, construindo argumentos com base na oposição entre verdade e mentira, estabelece uma curiosa analogia entre a linguagem e o tear. Assim como o tecelão necessita de um instrumento, o tear, para exercer a ação de tecer (separar os fios), o falante utiliza-se do nome para dizer o real: “VIII – Sócrates – O nome, por

consequente, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia.” (*Crátilo*, p. 126)

Assim, estamos diante de uma perspectiva instrumentalista da linguagem: o nome é considerado, por Platão, um artefato, um instrumento inventado com o propósito único de representar a realidade. Platão também alude à figura mítica do legislador, o inventor da linguagem:

“398d. (...) o nosso legislador deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos no que é o nome em si, caso queira ser tido na conta de verdadeiro criador de nomes”. (*Crátilo*, p. 128)

É notório, na perspectiva platônica, um apelo substancial a duas questões centrais relativas à linguagem e ao significado: o universalismo e o imanentismo. Ao manter-se firme na ideia de um real fixo, Platão assume que as coisas (as verdades) são únicas, portanto universais para todas as pessoas. Simultaneamente, ao elaborar a figura de um legislador da linguagem, o filósofo localiza na estrutura das palavras a morada do significado linguístico. Ou seja, já que o significado é imanente à letra, cabe ao legislador criar os nomes adequados para designar a parcela do real ao qual almeja nomear.

Sem dúvida, estamos diante de uma tradição de pensamento que, definitivamente, fundou os pilares do pensamento ocidental, especialmente no campo das ciências. O objetivismo platônico tem ecoado ainda hoje, triunfante, e vários autores têm sido orientados por essa tradição. No âmbito dos estudos linguísticos contemporâneos, Frege (1976) pode ser considerado um herdeiro do realismo representacionista formulado por Platão. Partindo de um pensar sobre o funcionamento da linguagem com base nas operações do raciocínio lógico, Frege defende a ideia de que deveria haver uma relação biunívoca entre o sinal e o sentido, entre a palavra e o significado do objeto nomeado.

“Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, frequentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto”. (FREGE, 1976, p. 63)

A desconfiança de Frege quanto à imperfeição das línguas naturais leva-o a criar uma espécie de língua de tradução, uma metalinguagem lógica que dê conta dessas biunivocidade necessária entre o sinal e o sentido. Assim como Platão, Frege trata a linguagem como instrumento de representação do real, aproximando-se de uma perspectiva objetivista centrada no valor de verdade dos enunciados.

2.3 A vertente mentalista

A ascendência histórico-filosófica da perspectiva mentalista acerca do significado na linguagem remonta ao pensamento de Aristóteles, mormente em seus tratados sobre a Lógica. Assim como Platão, Aristóteles conjuga da ideia de que a palavra serve para representar alguma coisa; entretanto, a coisa representada não reside em um mundo exterior (o mundo platônico das essências), mas no interior do próprio sujeito. Em *De interpretatione*, Aristóteles afirma que “[16a 3] Os itens na elocução são símbolos das afecções na alma, e os itens escritos são símbolos dos itens na elocução.” (p. 35)

Essas ‘afecções na alma’ corresponderiam a conceitos mentais, representações internas que, para Aristóteles, seriam iguais para todas as pessoas. O caráter universal dessas afecções na alma constituiria uma base sólida para a articulação racional do pensamento e para a comunicação humana. É nesse sentido que a Lógica ocupa um lugar central nos escritos de Aristóteles: para o filósofo, a linguagem está subordinada à racionalidade humana e, desse modo, o binômio platônico linguagem-real é substituído por uma cadeia simbólica em que “a linguagem simboliza o pensamento, que por sua vez simboliza o real” (MARTINS, 2005, p. 467).

É possível reconhecer em Aristóteles um interesse pela linguagem, advindo de uma preocupação anterior (quicá maior) pela compreensão das leis do raciocínio lógico humano e sua relação com o conhecimento. Ao estudar a linguagem como representação de entidades mentais, Aristóteles elege os enunciados declarativos e literais como o foco da linguagem (por conseguinte, da lógica), uma vez que tais enunciados ambicionam “dizer o verdadeiro e o falso” (*De interpretatione*, [16b 33], p. 37). Ainda que reconheça que nem toda frase ergue pretensão de verdade, Aristóteles delimita o território de interesse da Lógica e, portanto, o núcleo do fenômeno linguístico: “[17a 4] Assim, portanto, sejam deixadas de lado as outras frases – pois a inspeção é mais apropriada à retórica ou à poética –; por sua vez, a frase declarativa pertence ao presente estudo” (*De interpretatione*, p. 38).

O mentalismo de inspiração aristotélica deixou herdeiros nos estudos contemporâneos sobre a linguagem, sobretudo em áreas como a Linguística cognitiva. Os estudos de Pinker (2002), por exemplo, ancoram-se na concepção de que, antes de uma pessoa falar qualquer língua, há um *mentalês*, uma linguagem do pensamento cuja lógica de funcionamento seria refletida nas variadas línguas existentes. Pinker defende a posição de que o pensamento é autônomo em relação à linguagem e critica abordagens relativistas advindas de estudos linguístico-antropológicos (como em Whorf, 1998). Para Pinker (2002, p. 64), “a ideia de que

as línguas moldam o pensar parecia plausível quando os cientistas nada sabiam sobre como funciona o pensamento e como estudá-lo”.

Os pensamentos de Platão e Aristóteles, resguardados seus pontos de dissonância, conservam uma série de interseções, mormente no que tange à formulação de um ideário objetivista bastante influente no mundo ocidental. Não por acaso é comum o uso do adjetivo “platônico-aristotélico” para se referir a esse legado, articulado com base na crença em verdades universais, fixas e imutáveis. A linguagem, em ambos os filósofos, é entendida como forma de representação (seja para alcançar o real essencial, seja para expressar a racionalidade humana). Assim, a linguagem, como instrumento para representar algo exterior a ela própria, é apresentado de forma des-humanizada, des-culturalizada e des-historicizada.

2.4 A vertente pragmática

Passemos, agora, a uma perspectiva sensivelmente diferente da abordagem objetivista e representacionista inaugurada por Platão e Aristóteles. Com os sofistas, artífices da Retórica na Antiguidade grega, a linguagem assume uma posição estelar e passa a ser entendida como práxis que institui a existência humana no mundo da história e da cultura. O principal legado deixado pelos sofistas é o relativismo, para o qual seria impossível “estabelecerem-se verdades universalmente válidas, autônomas com relação às circunstâncias concretas, contingentes e variáveis da experiência humana” (MARTINS, 2005, p. 450). Os sofistas, portanto, derretem a noção solidificada de uma verdade dura, única, e, conseqüentemente, afastam-se de uma perspectiva imanentista acerca do significado das expressões linguísticas.

Há que se destacar, entretanto, a difícil tarefa em se estudar o pensamento dos sofistas em virtude de dois motivos: primeiramente, restaram poucos fragmentos de textos originais desses filósofos; em segundo lugar, muito do que se sabe a respeito dos sofistas foi aprendido pelos escritos de seus principais rivais (os socráticos). Assim, o que normalmente se tem é um retrato do sofista atravessado pela ótica socrática de se conceber a verdade, a linguagem e o significado. Historicamente, a imagem do sofista ficou associada ao estereótipo pejorativo de um charlatão, um orador inescrupuloso, um impostor não comprometido com a verdade. Platão, por exemplo, no diálogo *O sofista*, enumera as características desse “imitador ilusionista” (p.18), dentre as quais podemos destacar:

“mercador de conhecimentos para a alma”
 “retalhista desses mesmos conhecimentos”
 “fabricante de conhecimentos que ele mesmo vende”
 “atleta nos certames da palavra e por demais habilidosos na arte das disputas” (p. 15)

A fim de não incidirmos sobre afirmações simplistas a respeito do pensamento dos sofistas, é necessário, primeiramente, um afastamento desse rótulo negativo tradicionalmente a eles atribuído. Em vez de reconhecermos nesses filósofos a imagem do manipulador de discursos, do falsificador de verdades, é preferível a adoção de um olhar que os perceba como defensores de uma verdade fluida, mutável e múltipla. Nesse sentido é que a linguagem desempenha um papel crucial, no que tange à instauração de verdades plurais, de consensos instáveis e de efeitos de significado instituídos no curso das práticas humanas.

Um dos textos mais emblemáticos do pensamento sofista é *Elogio de Helena*, de Górgias. A fim de inocentar Helena de uma acusação injusta, o orador sofista embrenha-se na tarefa de, por meio do discurso, “mostrar a verdade e dar fim à ignorância” (p. 294). É importante notar o engajamento do filósofo com um valor particular de verdade que é, no entanto, diferente daquele defendido por Platão e Aristóteles, por exemplo. Górgias apoia-se na ideia de que, pelo fato de a linguagem não representar um real objetivo e único, o discurso pode ser deslocado por processos de persuasão. Assim é que Górgias caracteriza a linguagem como um verdadeiro deus capaz de instaurar efeitos poderosos.

“o discurso é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir a alegria, aumentar a piedade”. (*Elogio de Helena*, p. 296-297)

Reconhece-se, nesse sentido, um laço inextricável entre a linguagem e as práticas humanas. Para os sofistas, a palavra significa no fluxo das ações, ao invés de, biunivocamente, ligar-se a um real exterior. O real é compreendido como aquilo que se manifesta como real no uso da linguagem, na práxis discursiva. Daí falarmos em uma vertente pragmática acerca do significado na linguagem. Nas palavras de Martins (2005, p. 453),

“os sofistas abrem o caminho para pensarmos que as expressões *significam* não porque representam algo por si sós, não por possuírem qualquer sentido imanente, mas antes porque, jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser *estimados* mas nunca *garantidos* de antemão”. (grifos da autora)

Estamos, assim, diante de uma abordagem anti-objetivista, anti-representacionista, anti-universalista e anti-imanentista de se conceber a linguagem. O triunfo do pensamento de

orientação platônico-aristotélica no nosso mundo pode levar-nos a desconfiar da eficácia e operacionalidade da perspectiva pragmática, herdada histórica e filosoficamente dos sofistas. Por vezes, pode parecer desconcertante e desconfortável assumir uma postura pragmática e radicalmente relativista acerca da linguagem e do significado, visto que a própria língua que usamos sedimenta uma metateoria de ordem representacionista. Como Whorf (1998, p. 269) aponta, “toda língua contém termos que alcançam um escopo cósmico de referência, que cristalizam neles próprios os postulados básicos de uma filosofia não formulada”. Ainda assim, alguns autores contemporâneos têm investido no questionamento da forte tradição de inspiração platônico-aristotélica, como é o caso de Austin (1961) e Foucault (2006).

Austin elabora uma crítica ao que denominou “falácia descritiva” (Austin, 1961, p. 234) nos estudos sobre os enunciados linguísticos. O autor problematiza os critérios comumente utilizados para a classificação de enunciados, afirmando que são poucas as ocasiões em que as frases serão consideradas exclusivamente verdadeiras ou falsas. A noção de ‘proferimentos performativos’ é cunhada, então, pelo autor para, de algum modo, dar conta das múltiplas ocasiões em que, ao usarmos a linguagem, não somente dizemos algo, mas fazemos uma determinada ação no mundo social. Nas palavras do autor, “se, então, afrouxarmos nossas ideias de verdade e falsidade, veremos que as sentenças, quando relacionadas aos fatos, não são tão diferentes de conselhos, alertas, veredictos, entre outros” (Austin, 1961, p. 251).

Em Foucault (2006), é notória a preocupação do autor em historicizar o percurso do discurso dito verdadeiro desde a Antiguidade grega e em apontar para o modo como nossa “vontade de saber e de verdade” (Foucault, 2006, p. 14) foram erguidas por meio de sistemas de exclusão e de poder. Para o autor, quando “o sofista é enxotado” (Foucault, 2006, p. 15) da sociedade grega, instaura-se “a soberania do significante” (Foucault, 2006, p. 51). O autor chama atenção, ainda, para o modo como o próprio fazer científico ocidental, por séculos, teve que se amparar em padrões conceituais ligados ao verossímil. A proposta de Foucault é questionar e ressignificar nossa vontade de verdade, bem como destituir de seu trono o significante (uma veemente crítica ao imanentismo) e a concepção universalista do sentido.

A seguir, contextualizarei o tipo de pesquisa que venho realizando na vasta e heterogênea área dos Estudos da Linguagem. Desde já, gostaria de sinalizar o meu alinhamento com a perspectiva pragmática acerca da linguagem e do significado, dada à própria natureza complexa dos objetos estudados e ao tipo de abordagem teórico-metodológica empregada para nossas análises.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Estudos da linguagem: um campo nada coeso

A área de Estudos da Linguagem, longe de ser coesa ou unitária em termos epistemológicos e metodológicos, apresenta a coexistência de diversos percursos de formação, diferenciada pela visão que se tem do que seja a linguagem e o ser humano, bem como do próprio objeto a ser investigado. Como vimos nas seções anteriores do presente trabalho, diferentes perspectivas em relação ao fenômeno linguístico são herdeiras de um debate teórico já presente no cenário da Antiguidade grega. Entendo que essa heterogeneidade de perspectivas na área contribui para um rico debate não apenas em relação à linguagem propriamente dita, mas, notadamente, em relação à produção do conhecimento científico no campo.

Em 2012, defendi minha tese de doutorado, intitulada *Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense*, na PUC-Rio, sob a orientação da Professora Doutora Liliana Cabral Bastos. O estudo ocorreu em uma unidade descentralizada de ensino do CEFET/RJ (instituição onde atuo como docente e pesquisadora desde 2004) localizada no município de Nova Iguaçu, RJ. Parti da noção de que o CEFET/RJ, histórica e tradicional instituição de ensino voltada para a educação profissionalizante, resignificava-se ao ser inaugurado em uma região sócio-geográfica de periferia, ao mesmo tempo contribuindo na alteração do campo de possibilidades dos filhos da localidade, marcada pelas trajetórias das camadas populares. A pesquisa investigou como, por meio de padrões narrativos de se organizar a experiência social, alunos dessa instituição de ensino constroem valores e imagens de si associados a um *ethos* que entende a educação formal como caminho para a ascensão social. O percurso analítico procurou aliar a observação e a descrição sistemática da vida social ao olhar atento para a materialidade discursiva tecida via modos narrativos. Nesse sentido, o trabalho buscou, inicialmente, revisitar a pesquisa sobre narrativas orais no campo dos Estudos da Linguagem de orientação sócio-interacional, dando particular destaque à noção de performance narrativa/identitária e à forte imbricação entre narrativas e construção de identidades.

Desde o princípio do doutorado, reconhecia que o estudo que propusera estaria inserido em uma linha investigativa bastante particular e minoritária dentro da área de Estudos da Linguagem. Venho atuando em uma vertente dos Estudos da Linguagem norteada pelo que Rampton (2006) denomina Linguística da prática, compreendendo que não se pode isentar a

linguagem de sua carga ideológica, dissociá-la do seu uso, nem ignorar os efeitos que emergem dessa prática. Do mesmo modo, as pesquisas que venho empreendendo tem se baseado na adoção de um olhar que privilegia a observação da interação face a face, bem como a dinâmica da vida social. É notório, portanto, o alinhamento entre esse tipo de pesquisa com a perspectiva pragmática e não-objetivista acerca da linguagem e do significado.

A seguir, situarei, brevemente, a abordagem a partir da qual as narrativas (núcleo de interesse dos meus estudos) são, aqui, entendidas, no campo dos estudos sócio-interacionais sobre narrativas orais. Procurarei chamar atenção para a centralidade das narrativas na constituição dos sujeitos e da realidade social (cf. BASTOS, 2005; BAUMAN, 1986; BRUNER, 1997; LINDE, 1993), advogando que, para se compreender o mundo social, é preciso ouvir e estudar as histórias das pessoas que vivem nesse mundo. Do mesmo modo, destacarei as ferramentas teórico-metodológicas advindas da tradição interpretativista de pesquisa nas Ciências Sociais (destacando-se o trabalho de Clifford Geertz) que nos são bastante caras no que tange ao fornecimento de uma melhor compreensão sobre a complexidade do uso da linguagem e sobre a produção do conhecimento científico.

3.2 Narrativas e a organização da experiência humana

No mundo contemporâneo, as narrativas têm sido cada vez mais, entendidas como um importante paradigma de se fazer pesquisa e como uma forma de organização básica da experiência e da memória humanas (cf. BASTOS, 2005; BRUNER, 1997; MOITA LOPES, 2001). Segundo Brockmeier e Harré (1997, p. 266), “toda cultura que conhecemos é uma cultura que conta histórias”, daí a importância que tem sido atribuída aos diversos enredos de que somos personagens na contemporaneidade. As narrativas correspondem a produções culturais que muito dizem a respeito de nós mesmos: contar histórias é uma prática discursiva que constitui significados e que está intimamente ligada às nossas marcas sociais. Contamos histórias que fazem sentido do mundo e do nosso papel como seres sociais produtores de significados. Nas palavras de Bruner (1997, p. 54), “nós *sabemos*, a partir da nossa própria experiência de contar histórias consequentes sobre *nós mesmos*, que há um lado inelutavelmente ‘humano’ na produção de significado” (grifos do autor).

Segundo Fabrício (2006, p. 192), “narrar seria, assim, um processo instaurador de realidades sociais”. Nesse sentido, dada a centralidade das narrativas na construção daquilo que somos, cabe destacar, aqui, dois aspectos notórios: a) a narrativa como auto-construção; e b) a narrativa como forma de legitimação de sentidos nas instituições.

Segundo Linde (1993, p. 85), a narrativa corresponde à “unidade que desempenha o mais importante papel na construção da história de vida”. Nesse sentido, o ato de narrar serve como espaço para que o próprio narrador se constitua, uma vez que este conta uma história sobre si mesmo. Entretanto, ainda que padrões narrativos abram caminho para a tessitura desse auto-retrato (cf. SCHIFFRIN, 1996) do narrador, não se pode isentar a narrativa do seu aspecto dialógico, uma vez que esta estabelece “relações entre o narrador e a audiência no evento interacional de se contar histórias” (WORTHAM, 2001, p. 1). Investimos em narrativas autobiográficas na tentativa de projetar coerência sobre nosso senso de identidade e de reivindicar/negociar nosso pertencimento a um determinado grupo social (cf. LINDE, 1993). A história de vida de um é, na verdade, uma história coletiva produzida por muitos ou, conforme apontam Bamberg e Andrews (2004, p. 5), “a ‘minha autobiografia’ jamais pode ser apenas sobre mim mesmo, já que vivemos e respiramos histórias e influências de que nem sempre temos consciência”.

Certas narrativas são criadas a fim de legitimar determinados significados e identidades em detrimento de outros. As chamadas narrativas dominantes (BAMBERG; ANDREWS, 2004, p. 3) oferecem “às pessoas um modo de identificação que é tomado como uma experiência normativa”, o que provoca um silenciamento, uma exclusão das identidades ditas diferentes ou estranhas. Nas instituições, por exemplo, certos sentidos são legitimados e reproduzidos de forma a produzir certas formas de socialização institucionais consideradas tradicionais. Vinculamo-nos (ou somos vinculados) a uma tradição discursivo-institucional, quando ela própria não está imune a mudanças. O que se considera tradicional ou desviante dentro das instituições é, na verdade, uma fabricação, uma construção discursiva. Nas palavras de Sarup (1996, p. 4-5), “a tradição é fluida, está sempre sendo reconstruída”.

3.3 A interlocução com o interpretativismo de Geertz

Uma vez que me vinculo a uma tradição de pesquisa que enfatiza a importância de se olhar atentamente para o uso da linguagem para uma melhor compreensão das interações e práticas em análise, faz-se necessária a adoção de um paradigma de investigação que, de alguma forma, conjugue com tais interesses. Construtos teórico-metodológicos advindos, por exemplo, da Sociolinguística Interacional ou da Análise narrativa sem dúvida constituem um ferramental analítico importante por meio do qual o discurso dos atores sociais da pesquisa pode ser estudado. Além disso, faz-se importante a observação direta, cuidadosa e prolongada do universo em investigação, com o intuito de compreender melhor a dimensão simbólica das

situações sociais, perceberem o estabelecimento de padrões de interação e comportamento do grupo e ter um íntimo conhecimento sobre a vida local.

É nesse sentido que métodos de pesquisa advindos das Ciências Sociais (em especial, a Antropologia) para a geração e análise de dados podem nos ser bastante ricos na área dos Estudos da Linguagem à qual me filio. A observação participante (cf. VELHO, 2008 [1981]), a gravação de entrevistas e interações espontâneas, a confecção de diários de campo, o contato direto com os participantes discursivos são alguns dos instrumentos utilizados pela tradição interpretativista que dão ênfase ao processo de uso da linguagem em contextos particulares de ação. As diretrizes do Interpretativismo foram traçadas pelo antropólogo Clifford Geertz (1989) na obra *A interpretação das culturas*. Influenciado por suas leituras nas áreas da Filosofia e das Letras, Geertz defende uma epistemologia à procura do significado; assim, os textos científicos são considerados por ele interpretações, ou seja, narrativas sujeitas a reelaborações em circunstâncias discursivas específicas. Geertz entende que, no ato da pesquisa, não há uma verdade a ser revelada, nem se buscam leis universalizantes. Gostaria, nesse momento, de deter-me a conceitos fundadores do Interpretativismo de Geertz para, em seguida, relacioná-los à perspectiva pragmática da linguagem e do significado com a qual estou alinhada.

Em *A interpretação das culturas*, Geertz (1989) volta-se para duas temáticas centrais nas Ciências Sociais: a) cultura, descrita a partir de uma perspectiva semiótica; e b) etnografia, entendida como texto narrativizado, ou seja, como relato, como construção. De início, já é possível notar um afastamento do autor em relação à tradição representacionista de linha platônico-aristotélica. Ao invés disso, veremos em Geertz um autor embrenhado na tessitura de uma teoria anti-universalista a respeito das culturas, bem como do próprio fazer científico e do processo de produção do conhecimento.

Geertz (1989) define cultura como uma teia pública e complexa de significados. Para o autor, cultura é entendida como sistema de signos que torna compreensíveis as práticas sociais de que participam os seres humanos. “Ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 1989, p. 10). O conceito semiótico de cultura implicará mudanças no próprio fazer científico em Antropologia. A ciência passa a ser entendida como aquilo que os cientistas fazem, por isso é uma produção e não pode ser tida como neutra e isenta. Citando Velho (2008 [1981], p. 129),

“Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de *interpretação* do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica um

grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo” (grifo do autor).

Geertz atribui à etnografia um caráter narrativo (textual), não no sentido de que as interpretações do antropólogo sejam não-factuais, mas no sentido de que o próprio texto etnográfico pode ser reinterpretado. Segundo o autor, o conhecimento produzido na etnografia é, inevitavelmente, situado e sujeito a releituras: “trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que é *algo construído, algo modelado*” (GEERTZ, 1989, p. 11). Com base no conceito semiótico de cultura e na concepção de etnografia como relato, Geertz, então, atribui ao fazer antropológico, quatro características centrais: a) a descrição etnográfica é interpretativa; b) ela interpreta o fluxo do discurso social; c) a interpretação daquilo que é ‘dito’ é fixada em formas pesquisáveis; e d) a descrição apresenta natureza microscópica.

Percebo uma série de conexões entre os trabalhos que venho desenvolvendo em Estudos da Linguagem e o Interpretativismo de Geertz, mormente no que diz respeito ao tipo de pesquisa realizada e à visão de discurso adotada. Ao invés de buscar um conhecimento científico objetivo e generalizável, validado e demonstrado por um viés correspondentista de causa e efeito, a pesquisa interpretativista assume que o conhecimento é relativo e que o pesquisador está intimamente imbricado no ato da pesquisa e no saber que produz. O foco é colocado no processo de uso da linguagem em contextos particulares de ação. Daí se justifica pensar o problema estudado sob a perspectiva dos participantes envolvidos no processo, ou seja, à luz das diversas subjetividades e interpretações ali presentes. Pensar com os participantes da pesquisa, assim como propusera Geertz, é fundamental para considerar a multiplicidade de olhares durante a investigação e, conseqüentemente, “iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 A linguagem e a pesquisa como práxis

Vimos que o objeto da Semântica, o significado, corresponde a um território de incertezas no âmbito dos Estudos da Linguagem. A Antiguidade grega já remonta a debates teóricos acerca da natureza do significado e da verdade que influenciarão, de modo decisivo, nas teorizações inaugurais e contemporâneas sobre o fenômeno da linguagem. São três os grandes paradigmas para se entender a linguagem: realismo, mentalismo e pragmatismo. O

berço em que nascem essas três abordagens pode ser reconhecido nos pensamentos de Platão, de Aristóteles e dos sofistas, respectivamente. Na retórica platônico-aristotélica, identificaremos uma visão objetivista da linguagem, para a qual a palavra representaria uma entidade exterior a ela própria. Defende-se a existência de verdades universais e fixas, não suscetíveis a mudanças culturais ou contextuais. Além disso, a palavra é tida como a morada do significado, configurando, assim, uma perspectiva imanentista acerca do sentido. Já a retórica sofística parte da noção de que entre a linguagem e o ‘real’ haveria um abismo, o que nos levaria a uma abordagem relativista da linguagem. Para os sofistas, não há essências para as coisas e a verdade, ao invés de universal, é tida como móvel e forjada na práxis discursiva. Assim, o significado é construído no próprio uso da linguagem, não residindo, portanto, no signo.

Em seguida, contextualizei a pesquisa que venho realizando desde o doutorado em Estudos da Linguagem na PUC-Rio e sinalizei certos alinhamentos entre meu estudo e a vertente pragmática de compreensão da linguagem e do significado. Apresentei as narrativas como importantes produções culturais para se observar como os seres humanos operam na cultura e criam suas identidades. A seguir, referi-me à pertinência de as pesquisas que desenvolvo serem orientadas por uma abordagem interpretativista, advinda das Ciências Sociais, a fim de que seja lançado um olhar atento para os significados construídos nas práticas discursivas. O Interpretativismo de Geertz (1989) foi ilustrado e duas dimensões importantes para o estudo da vida social foram consideradas: a) a forte imbricação entre as escolhas epistemológicas do pesquisador e as implicações políticas e éticas dessas escolhas; b) o modo como, por meio de uma descrição densa, microscópica da realidade social, “fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas” (GEERTZ, 1989, p. 17).

É norteadora, aqui, a noção de que “o significado é construído pela ação em conjunto de participantes discursivos em práticas discursivas, situadas na história, na cultura e na instituição” (MOITA LOPES, 2001, p. 57-58). Essa perspectiva situacional realça as dimensões contextuais, sócio-históricas e institucionais que agem sobre o discurso. Por estarmos inseridos em uma cultura (no sentido semiótico de Geertz), agimos no mundo social em condições sócio-históricas específicas que criam inteligibilidade sobre projetos políticos e sistemas de crenças dessa cultura. Em outras palavras, “não há discurso que ocorra em um vácuo social” (MOITA LOPES, 2001, p. 58). Esse olhar enfoca a dinâmica da vida social, permite vislumbrar transformações na sociedade e concebe o próprio ato da pesquisa como suscetível a constantes reinterpretações e ressignificações. É patente, portanto, a aproximação com a perspectiva pragmática da linguagem e do significado.

Como já dito anteriormente, essa abordagem é, de certa forma, minoritária no âmbito dos Estudos da Linguagem (por mais que alguns teóricos contemporâneos tenham se preocupado em desafiar a tradição de pesquisa na área). Não é raro sermos alvo de veementes críticas advindas de correntes mais tradicionais, pelas quais somos acusados, inclusive, de não estarmos produzindo ciência. Ao concebermos a ideia de que a verdade é múltipla, não estamos pregando um ‘vale-tudo’ epistemológico. Compreendemos que a verdade e o significado adquirem certo grau de estabilidade dentro de processos sócio-históricos e nas práticas de uso da linguagem. Se focalizarmos nosso olhar para verdades não-universais, isso não as torna menos válidas, ou menos científicas. E se olhamos para a práxis discursiva, isso implica dizer que o ser humano ocupa um lugar estelar em nossos estudos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **De Interpretatione**. In: ANGIONI, L. (trad./org.) *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas: Unicamp, 2000. Caps. I a IV.

_____. *Poética*. Tradução Eudoro de Souza. Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Cap. XXI.

AUSTIN, J. L. “Performative utterances”. In: **Philosophical papers**. URMSON, J. O & WARNOCK, G. J. (Orgs.) Oxford: Clarendon Press, 1961.

BAMBERG, M. ANDREWS, M. (Eds.) **Considering counter-narratives. Narrating, resisting, making sense**. Philadelphia: John Benjamins, 2004.

BASTOS, L. C. “Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa”. **Calidoscópico**. Vol. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BAUMAN, R. **Story, performance and event: contextual studies of oral narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BENVENISTE, É. “Da subjectividade na linguagem”. In: SEIXO, M. A. (Org.) **O homem na linguagem**. Trad. Isabel Maria Lucas Pascoal. Lisboa: Vega, [1966], edição traduzida s.d.
BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BROCKMEIER & HARRÉ “**Narrative Problems and Promises of an Alternative Paradigm**”. *Research on Language and Social Interaction*, 30 (4): 263-283, 1997.

ECO, U. **Kant and the Platypus: essays on language and cognition**. London: Secker & Warburg, 1999.

FABRÍCIO, B. F. “**Narrativização da experiência: o triunfo da ordem sobre o acaso**”. In: MAGALHÃES, I; CORACINI, M. J. & GRIGOLETTO, M. (Orgs.) *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006.

FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1976.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GÓRGIAS. “O Tratado do não-ser” e “Elogio de Helena”. In: CASSIN, B. **O efeito sofístico**. São Paulo: Editora 34.

LINDE, C. **Life stories: the creation of coherence**. New York: Oxford University Press, 1993.
LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, H. “Três caminhos na Filosofia da Linguagem”. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol. 3. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. “Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista”. In: TELLES RIBEIRO, B., COSTA LIMA, C. & LOPES DANTAS, M. T. (Orgs.) **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.

NIETZSCHE, F. **Da retórica**. Tradução Tito Cardoso Cunha. In: **Cadernos de Tradução da USP**, número 4, São Paulo: EDUSP, 1999.

OLIVEIRA, T. **Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2012.

PINKER, S. “Mentalês”. In: **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. *Crátilo*. In: **Diálogos: Teeteto. Crátilo**. V. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

_____. *Sofista*. **Coleção Os Pensadores**. Tradução Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

RAMPTON, B. (2006) “Continuidade e mudança nas visões de sociedade em lingüística aplicada”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.) **Por uma lingüística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial.

SARUP, M. **Identity, culture and the postmodern world**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix & Edusp, 1969.

SCHIFFRIN, D. “Narrative as self-portrait: sociolinguistic constructions of identity”. *Language in society*. 25: 167-203, 1996.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura:** notas para uma Antropologia da Sociedade Complexa. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008 [1981].

WHORF. B. L. “An American indian model of the universe”. In: NYE, A. (Org.) **Philosophy of language: the big questions**. Malden, MA, 1998.

WORTHAM, S. **Narratives in Action:** a Strategy for Research and Analysis. New York: Teachers College Press, 2001.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

OLIVEIRA, T; Linguagem, Significado e Verdade: Incertezas e Pilares na Pesquisa em Estudos da Linguagem. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.3, art.10, p.180-198, mai./jun. 2016.

Contribuição dos Autores	T. Oliveira
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X